

## REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE ÑANDE RU MARANGATU: UMA ANÁLISE NARRATOLÓGICA DO CORREIO DO ESTADO SOBRE CONFLITOS ENTRE ÍNDIOS E FAZENDEIROS

## REPRESENTATIONS OF THE ÑANDE RU MARANGATU COMMUNITY: A NARRATOLOGICAL ANALYSIS OF THE CORREIO DO ESTADO ON CONFLICTS BETWEEN INDIANS AND FARMERS

Carolina da Silva Costa<sup>1</sup>□

Mário Luiz Fernandes<sup>2</sup>□\*

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo compreender como o Jornal *Correio do Estado* constrói a representação do índio Guarani Kaiowá nas narrativas sobre o conflito entre fazendeiros e indígenas da Comunidade Ñande Ru Marangatu no município de Antônio João - MS. Foram analisadas 15 reportagens veiculadas pelo referido impresso, em 2015, cujo recorte temporal foi de dois meses após a primeira reportagem sobre o conflito foi publicada, portanto, de 27/08/2015 a 22/10/2015. A metodologia proposta para a análise das reportagens é a análise crítica da narrativa, narratologia, de Luiz Gonzaga Motta (2013) que permitirá interpretar as narrativas dos semanários, de modo a entender as tramas e intrigas, os personagens, as relações de poder existentes na sociedade globalizada, as matrizes discursivas, as metanarrativas e os efeitos produzidos pelos discursos narrativos jornalísticos.

### PALAVRAS-CHAVE:

Representação do Índio; jornal *Correio do Estado*; narratologia.

### ABSTRACT:

This paper aims to analyse how the Brazilian newspaper from Mato Grosso do Sul *Correio do Estado* constructs the representation of the Indigenous people Guarani Kaiowá in the narratives about the conflict between farmers and natives of the community Ñande Ru Marangatu in the municipality of Antônio João - MS. A total of 15 reports were printed,

1 □ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). carolcosta-22@hotmail.com

2 □\* Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com atuação no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. mario.fernandes@ufms.br

in 2015, in which the time cut was two months after the first report on the conflict was published, from 08/27/2015 to 10/22/2015. The methodology proposed for the analysis of the reports is the narrative analysis, narrative, narratology, by Luiz Gonzaga Motta (2013) that will allow interpreting weekly narratives in order to understand the plot, intrigue, characters, power relations existing in the globalized society, the discursive matrices, the metanarratives and the effects produced by the narrative journalistic discourses.

#### KEYWORDS:

Representation of the Indigenous; newspaper *Correio do Estado*; narratology.

## INTRODUÇÃO

A comunidade Ñande Ru Marangatu, localizada no município de Antônio João, sul de Mato Grosso do Sul, vive o conflito agrário desde a chegada dos primeiros fazendeiros à região na década de 1930. A partir de então, ao longo de décadas, os indígenas foram sendo expulsos dos territórios que habitavam. Com a reorganização e a união da comunidade indígena foram realizados três movimentos de reocupação da terra: o primeiro ocorreu em 1999, o segundo, em 2005, e o terceiro, em 2015. O conflito se estende até os dias atuais, com grande repercussão na mídia local, regional, nacional e internacional.

Em 2005, o presidente da República homologou a demarcação da Reserva Indígena; posteriormente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, resultando na retirada dos indígenas das fazendas. Em 2015, completados dez anos de espera pela definição do impasse, os Guarani Kaiowá<sup>a</sup> retomaram, em agosto, as terras das fazendas Primavera, Fronteira, Cedro, Bananal e Barra, localizadas no território Ñande Ru Marangatu. No embate entre índios e fazendeiros, houve a morte de um indígena.

Nos acontecimentos de 1999 e 2005, a “cobertura” jornalística do *Correio do Estado*, principal jornal de Mato Grosso do Sul, foi incipiente quanto ao conteúdo. Foram publicadas seis notícias sobre o primeiro episódio e quatro sobre o segundo. Um conjunto de dez matérias limitadas ao factual (“o quê”), as chamadas *hard News*, sem apresentar um conteúdo mais consistente abarcando outros componentes fundamentais da narrativa jornalística (“como” e “por quê”), que evidenciassem as causas, a contextualização, as consequências do fato, entre outros. Como enfatiza Mota (2012, p. 103), a *hard news*

“não tem a pretensão de encadear sequências integrais nem compor uma intriga no sentido integral do termo” e, por isso, tornam a análise discursiva mais delicada.

Por outro lado, no episódio de 2015, o jornal promoveu uma “cobertura” mais ampla, quali e quantitativamente. Foram publicadas 15 reportagens entre 27/08/2015 e 22/10/2015, sobre o conflito entre fazendeiros e índios em Antônio João. Pelas razões aqui expostas, esta análise recaiu sobre este último conjunto de 15 reportagens.

O método de análise utilizado é aquele narratológico proposto por Motta (2013), que possibilita interpretar as narrativas de modo a entender a trama, as intrigas, os personagens, a mídia e as relações de poder existentes na sociedade e os efeitos produzidos pelos discursos jornalísticos. Ademais, permite conhecer a estória<sup>2</sup> relatada, de maneira a interpretar a representação do indígena Guarani Kaiowá da comunidade Nānde Ru Marangatu, construída nas narrativas do jornal.

As narrativas do *Correio do Estado* tornam-se importantes para a análise devido a sua influência junto à opinião pública de Mato Grosso do Sul, pela tradição e em razão da credibilidade depositada pelo leitor. O jornal foi fundado em 1954 e é o segundo veículo impresso mais antigo ainda em circulação no estado. Conforme Campos Júnior (2016), com base em dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), em 2014 o diário alcançou a tiragem média de 11.888 exemplares nos dias úteis e 11.960 aos fins de semana.

O objetivo desta pesquisa é analisar a formação das representações que chegam ao interlocutor do *Correio do Estado* e, desse modo, perceber como o diário constrói seus discursos a partir da contextualização social (trama da narrativa).

É necessário pontuar que este artigo é resultante de parte da pesquisa de mestrado de Carolina Costa (2017).<sup>3</sup> As perguntas problemas que nortearam seu desenvolvimento foram: como as narrativas jornalísticas do *Correio do Estado* constroem o discurso de representação do indígena Guarani Kaiowá da comunidade Nānde Ru Marangatu no episódio de disputa de terras com fazendeiros no município de Antônio João? Como são classificados os personagens (fazendeiros e índios) em suas reportagens? Quem são os protagonistas e quem são os antagonistas? Nas narrativas, é possível observar uma ligação política do jornal com as oligarquias locais, proprietários das grandes fazendas?

## NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E SEU DISCURSO IDEOLÓGICO

Para a produção e a manutenção do senso comum e para justificar a ordem social, a mídia filtra e molda realidades cotidianas por meio das representações. Estas são consideradas como um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas nomear, classificar o mundo material e social. Como avalia Silverstone (2002, p.20), a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum”.

Na sociedade contemporânea globalizada, a mídia ocupa espaço sempre importante na reprodução de ideologias, produção de conhecimento e formação de representações sociais, pois, ao construir suas narrativas diárias, o jornal concede ao leitor um discurso arquitetado com suas metanarrativas, como a cultura, a política, a moral e a ética. Desta forma, as reportagens são produtos gerados de circunstâncias sociais e disputas simbólicas, por quem tem mais poder de voz, uma negociação intensa para produção de um *corpus* resultante, uma hegemonia social.

No que se refere à narrativa na relação com a ideologia, considerando serem estórias que vão sendo ordenadas pelos narradores, a ideologia se forma no confronto dos significados que se estabelecem nas relações sociais, ainda que por mediação da linguagem. Em outras palavras, com o objetivo de atingir seu interlocutor e convencê-lo de suas verdades, a ideologia se relaciona à sua capacidade de organizar nas narrativas as formas simbólicas, dominando-as, no sentido de dar ordem às instituições sociais e beneficiar determinados modelos sociais (SILVA, 2015).

O *Correio do Estado* ocupa posição de destaque nas relações produtivas e sociais, atuando na sociedade reproduzindo bens simbólicos para configuração nas narrativas das representações locais, como no caso dos índios e fazendeiros envolvidos em conflitos pela terra na região.

## ÍNDIOS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Os índios são povos etnicamente diferentes, com saberes tradicionais e processos culturais, sociais e históricos próprios (BRAND, 2011). Mato Grosso do Sul é na atualidade

o segundo estado com maior população indígena, com oito etnias oficialmente conhecidas. Dentre elas, os Guarani Kaiowá com cerca de 50 mil pessoas.

Nos estudos etnológicos são definidos como povos da mata, devido à preferência de construir suas aldeias em locais mais próximos da mata, ou matas ciliares (URQUIZA, 2013). Desde o período colonial, ocupavam um amplo território em ambos os lados da fronteira do Brasil com o Paraguai. Porém, no Brasil, a partir da década de 1880, com o fim da guerra do Paraguai, surgiu nos governos estadual e federal, o interesse de povoar a região com não índios.

A presença dos Guarani Kaiowá na Terra Indígena Nānde Ru Marangatu e em outras áreas ao entorno remonta aos tempos anteriores à guerra do Paraguai. Porém, nas décadas de 1940 e 1950 os índios e posseiros (não índios), da região do Cerro Marangatu, sofreram processo de esbulho<sup>4</sup> por terceiros; fazendeiros que ali chegaram e obtiveram títulos de sua propriedade na capital do estado, Cuiabá.

A Terra Nānde Ru Marangatu encontra-se demarcada e homologada, mas a comunidade não detém a posse por força de decisão judicial que suspendeu o decreto de homologação. Os índios, em 2015, de modo a pressionar para que a justiça resolvesse o impasse, realizaram outra reocupação, com acampamentos em cinco propriedades: Primavera, Pedro, Fronteira, Barra e Soberania. Restaram apenas duas fazendas para completar toda a área do tekohá<sup>5</sup> a ser demarcada. No conflito entre índios e fazendeiros, uma liderança indígena tradicional foi assassinada, Simião Vilhalva, e dezenas de índios foram feridos. A situação em 2019 ainda é de impasse entre os indígenas e fazendeiros.

Os movimentos de retomadas, de reocupações, são utilizados como mecanismos de pressão para que o governo acelere os processos administrativos de reconhecimento dessas terras indígenas, ou seja, servem para dar visibilidade aos movimentos reivindicatórios e possuem função sociopolítica, pois viabilizam a autonomia política de diversos tekoha. O termo ‘retomada’ é utilizado pelos Kaiowá, já os fazendeiros, proprietários de terras, consideram como ‘invasão’.

O conceito de representação empregado neste artigo, advém da fundamentação da metodologia apresentada por Motta (2013), que diz respeito a colocar algo no lugar do outro, criar um símbolo que é tomado como o próprio outro. Para Moscovici (2009, p.46), “representação é igual imagem/significação, em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. As representações

devem ser compreendidas, portanto, como entidades tangíveis, substâncias simbólicas que circulam, se entrecruzam e se confrontam, impregnando nossas relações. Elas se cristalizam no senso comum, tornando familiar o não familiar, continuamente refeito, embora este processo estabeleça um sentido último de continuidade (Ibidem, p. 45-60).

A realidade que nos cerca, as experiências de vida das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior através de representações virtuais e discursivas da realidade. Entretanto, o ser humano não apenas representa o mundo, mas o constitui à medida que o nomeia e o classifica. Como salienta Moscovici (2009), as representações que continuamente construímos são, na verdade, um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas estabelecer uma ordem sobre o caos para nomear, classificar e controlar o mundo material e social.

## **NARRATOLOGIA: ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA**

A análise crítica da narrativa é considerada como um ramo das Ciências Humanas e estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades. Nas palavras de Motta, é uma teoria narrativa com os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas que “procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados através da apreensão, representação e expressão narrativa da realidade” (MOTTA, 2013, p.83). Além disso, a narratologia é uma metodologia de análise pragmática da narrativa ou comunicação narrativa, ela reconstrói o objeto através de alguns procedimentos e técnicas de interpretação dos discursos. Estes são identificados no texto através de estratégias utilizadas pelo narrador para convencer o leitor de seu posicionamento.

Análise pragmática: procedimento metodológico que privilegia o uso da linguagem, especialmente os aspectos de um estudo puramente gramatical ou linguístico não pode dar conta, noções como emissor (narrador), destinatário (narratário), intenção comunicativa, contexto verbal, reconhecimento das instruções de uso e a situação ou conhecimento de mundo compartilhado (MOTTA, 2013, p.139).

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa propõe, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência em alguém que arquitetou argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme certa intenção (MOTTA, 2013). Desse modo, a narratologia

permite, através da compreensão do texto e de sua configuração, revelar o jogo de poder, descortinar a correlação de forças que se exerce nas relações discursivas interpessoais e coletivas. Trata-se de uma análise comparativa e descritiva, que tem como ponto de partida o texto, para identificar as marcas deixadas pelo narrador, as suas conexões, suas significações e relações. Esta análise é feita a partir de um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revela processos de representação e de constituição da realidade historicamente situados, em que há confrontos com outras representações possíveis (MOTTA, 2013).

As narrativas, enquanto objeto e processo de comunicação, podem ser estudadas a partir de três instâncias: o plano da expressão, o plano da estória e o plano da metanarrativa (MOTTA, 2013). Assim, “compreender uma narrativa é reconhecer nela estágios, projetar encadeamentos horizontais do fio narrativo sobre um eixo implicitamente vertical” (BARTHES 1971, p. 26).

O plano da expressão (plano do discurso ou da linguagem), se refere ao plano da superfície do texto, através da qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador. É neste plano que, durante a análise das narrativas, se podem identificar os usos estratégicos da linguagem pelo narrador, para produzir determinados efeitos de sentido e as intencionalidades. O plano da estória, ou conteúdo, trata do plano da sequência de ações, os encadeamentos, o enredo, a intriga e os personagens, ou seja, é o plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador. O terceiro plano é a estrutura mais profunda da narrativa, é o plano da metanarrativa, que é relativamente mais abstrato e evasivo. É o plano no qual se conhecem a ideologia, a cultura, a política, a moral e a ética, imersos nas notícias e reportagens.

As narrativas têm sempre algum propósito: “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa” (MOTTA, 2004, p.215). No entanto, é necessário verificar as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador, observar a articulação interna das partes, a lógica do paradigma narrativo e suas exigências. A lógica da narrativa está na conexão de uma ação ou sequência à outra ação, ou seja, a estória é composta por uma sucessão de sequências, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final. Cabe aqui identificá-las.

A partir do texto é possível identificar o co-texto, que são os *dêiticos*, pontos de vista do narrador, enquadramentos etc., e o contexto, que é composto pela cultura e pela

memória social. Nesta etapa, foi produzida uma linha do tempo, de modo a ir compondo, com os principais pontos de virada, as rupturas que demarcam cada episódio, até finalizar as narrativas.

Quando analisamos o processo de comunicação narrativa, os dêiticos adquirem uma relevância fundamental porque têm uma *importância situacional* definidora do sentido. Dêiticos são elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato de comunicação, e proporcionar referências no momento e lugar em que ele ocorre (MOTTA, 2013, p.172).

A etapa seguinte da análise penetra mais nos sentidos da narrativa, no plano da estória, e possibilita que o conflito dramático se revele, ou seja, permite conhecer o frame cognitivo, o enquadramento, a perspectiva, o ponto de vista do narrador que organiza a realidade. O conflito dramático é o *frame* (enquadramento) estruturador fundamental de qualquer narrativa, porque é ele que tece a trama, cria rupturas, transgressões e dispõe as ações e os personagens na estória. É notório que o conflito dramático não se trata de uma situação estática, mas é como um processo em transcurso, que evolui, e ao longo do relato vai causando mudanças de estado. Normalmente, no recorte, há o conflito principal e em torno dele se localizam os conflitos secundários, ou seja, a partir do conflito central, vão surgindo sequências de ações que compõem o episódio.

As reportagens que compõem o objeto desta pesquisa foram organizadas de modo a compor episódios. Estes episódios serão nomeados de acordo com a sintagmática dele no interior da estória, sendo que eles podem ter uma extensão variável. Neste trabalho, as narrativas veiculadas no jornal compuseram uma estória com três episódios (antes, durante e depois). Episódio 1 - “A retomada das fazendas pelos índios” (duas reportagens), Episódio 2 - “O confronto” (sete), e Episódio 3 - “O desfecho” (seis). Nesta etapa, foi produzida uma linha do tempo, de modo a ir compondo, com os principais pontos de virada, as rupturas que demarcam cada episódio, até finalizar as narrativas.

Após conhecer o conflito dramático, identificam-se quais são os personagens que realizam ações e que estão presentes neste conflito; ao identificá-los, deve-se classificá-los, de modo a observar como o narrador vai construindo o fio da narrativa posicionando os personagens na intriga, descortinando os argumentos do narrador transmitidos ao personagem. Na análise das narrativas sobre os indígenas da comunidade Nãnde Ru Marangatu, em cada estória foram classificados os personagens (índios, fazendeiros, Funai, CIMI, pesquisadores, antropólogos, políticos) de modo a detectar quem se

sobressai (protagonista ou antagonista). Após classificar os personagens e evidenciar como o narrador busca convencer o leitor com seu enquadramento, alcança-se o discurso de representação dessa comunidade indígena no *Correio do Estado*. É necessário pontuar que neste artigo a análise dos personagens recaiu apenas sobre aqueles que possuem maior poder de voz e têm maior destaque ao longo da estória.

Para finalizar a análise, é necessário permitir que as metanarrativas se mostrem, pois “nenhuma história é contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética que a situe” (MOTTA, 2004, p. 226). Em outras palavras, como já ressaltado anteriormente, as narrativas são construídas sob uma base ética, cultural, ideológica e moral, e com esta última etapa alcança-se o nível das significações mais profundas, ao percorrer todo o círculo hermenêutico. Assim, de modo a verificar o discurso de representação do indígena, a análise narratológica proposta aqui reconstrói a essência da estória do presente para compreender como se integram os sentidos fragmentados das reportagens do dia-a-dia sobre o conflito pela terra.

## A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NAS NARRATIVAS DO CORREIO DO ESTADO

O clima de tensão se intensifica a cada dia entre índios e fazendeiros na cidade de Antônio João, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, com a ação de reocupação das fazendas pelos índios. Este primeiro episódio é marcado por duas reportagens. A primeira delas (27/08/2015), tem por título “Índigenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades” (CORREIO DO ESTADO, ed. n° 339385).

Nesta primeira narrativa, observa-se o posicionamento do veículo contra a ação ameaçadora dos indígenas, ao enfatizar que os “donos dos imóveis foram expulsos” e que os indígenas “ameaçam entrar em mais propriedades dos municípios de Amambai e Nioaque” (Ibidem). Além disso, o narrador utiliza estratégias textuais para evidenciar esta ação, como neste trecho: “os donos estão impedidos de entrar nas propriedades, uma vez que os índios já se dizem donos da terra” (Ibidem). Ainda neste fragmento textual, observa-se, por parte do narrador, a ênfase ao domínio das propriedades pelos fazendeiros; em outras palavras, apesar de os índios se dizerem donos pelo vínculo tradicional da comunidade com a terra, o narrador enuncia que a propriedade da terra pertence aos fazendeiros.

Na composição da trama, o jornal conta que a ocupação começou “desde a madrugada de sábado, 22, quando apenas uma propriedade, chamada de Primavera, havia sido ocupada” (Ibidem). O narrador descreve que a ação dos índios continuou, outras oito fazendas e o distrito de Campestre, onde viviam cerca de 50 famílias, foram também reocupadas.

O termo “invadem” é utilizado pelo narrador em vários trechos do texto e no título da reportagem, o qual sugere a tipificação de um crime, ou seja, a ação criminal dos indígenas de entrar em uma área particular sem permissão. Este termo é utilizado em várias outras narrativas que compõem a estória, com a mesma conotação.

O jornal dá voz à personagem Luana Ruiz Silva, advogada e filha de um dos fazendeiros, para dar continuidade ao fio da narrativa: “Não temos acesso às fazendas, os produtores trancaram a rodovia pros índios não entrarem na cidade, e os índios bloquearam o acesso ao distrito” (Ibidem). Luana é protagonista, tem poder de voz na narrativa, além de ocupar uma posição social com prestígio na sociedade. Como advogada, está em defesa dos fazendeiros, também protagonistas. Na citação direta da protagonista, a personagem parece justificar a ação dos fazendeiros de bloquear a rodovia como um modo de prevenção para que os índios não entrassem na cidade. Esta ação dos fazendeiros na estória é em decorrência das reocupações indígenas, assim, trata-se de um conflito secundário da narrativa.

Cabe aqui, o destaque em relação à protagonista Luana Silva. Verifica-se que o narrador dá palavra à personagem que, além de profissionalmente estar em defesa dos fazendeiros, tem vínculo familiar com uma das partes envolvidas, pois é filha de um fazendeiro. Ou seja, está em defesa de sua própria propriedade. Neste sentido, observa-se que o narrador ao dar poder de voz a esta personagem, pretende elucidar com nitidez o discurso dos proprietários de terra.

A segunda narrativa do episódio - “Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões - inicia com a citação indireta dos ruralistas (paráfrase) que condenam o movimento dos indígenas e ao mesmo tempo acusando-os de serem “recrutados do território paraguaio como forma de reforçar e até dobrar o movimento de tomada de terras” (CORREIO DO ESTADO, ed. nº 339430). Esse reforço seria de 1,5 mil índios Guarani Kaiowá paraguaios. Esta última informação é referenciada apenas no início da narrativa e não traz aprofundamento ou elementos comprobatórios, ou seja, trata-se

de outro argumento utilizado pelos fazendeiros de modo a compor um discurso contrário aos indígenas.

Segue a estória com atenção no fazendeiro protagonista, Antônio César Pereira Flores, vice-prefeito do município de Antônio João, que insatisfeito com o governo, diz que “o governo federal pouco faz ou nada faz” (Ibidem) para resolver o conflito. Neste enunciado, além do descontentamento, o personagem ressalta a despreocupação do governo em resolver o problema. Além disso, o narrador conta que esta intriga afetou até a política do município, sendo que Antônio César não cumpre mais expediente na prefeitura, pois rompeu vínculo com o prefeito que é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Selso Lozano, uma vez que “Selso não cumpriu com a promessa” (Ibidem), justifica o personagem.

Na trama do lado dos protagonistas, a insatisfação com o governo é também observada na voz do personagem Pio Queiroz Silva Barros, esposo da Roseli Silva (presidente do Sindicato Rural de Antônio João) e dono de um patrimônio de R\$ 25 milhões: “Nosso País virou uma terra velha, cheia de rato. Este governo, metido a idealista, gosta apenas dos índios, movimentos sociais, dos mensalões, petrolões, de tirar dinheiro da Petrobrás” (Ibidem).

No enunciado formulado por Pio: “trabalhei por toda a minha vida, perdi minha juventude e agora, minha saúde” (Ibidem), enfatiza-se a dedicação à fazenda, à produção agropecuária durante toda a sua vida e que agora, na velhice, em vez de ter uma vida mais tranquila, está sofrendo com a ocupação de sua fazenda. O narrador enfatiza um ato de injustiça contra um trabalhador que dedicou a sua vida à fazenda, que agora está sendo tomada pelos indígenas.

Já quase ao final do episódio, a ação dos indígenas é construída contra o discurso dos pequenos produtores rurais, que são caracterizados pelo narrador como pessoas humildes, que possuem como único bem, a propriedade em que moravam, da qual os índios os [expulsaram]. A rigor, os indígenas além de agirem como criminosos invadindo fazendas, também prejudicam os pequenos produtores rurais, ao “invadirem suas casas”, que as possuem como único bem para sua sobrevivência. A narrativa do jornal evidencia um indígena personagem antagonista, um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil, e sua representação está vinculada à ação criminal de invadir fazendas. Fica realçado

também que o índio praticamente não tem poder de voz; nas poucas vezes em que lhe é concedida a fala, esta é desconstruída pelo narrador.

Como metanarrativa (campo ideológico), observa-se que, nas duas reportagens, o jornal construiu seu discurso em favor das oligarquias do agronegócio, ao enquadrar as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico.

O segundo episódio inicia em 30/08 com a reportagem “Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre” (CORREIO DO ESTADO, ed., nº 339463), a primeira de sete. Na narrativa, o fato ocorreu na Fazenda Barra, município de Antônio João, devido à atitude da fazendeira Roseli Ruiz, presidente do Sindicato Rural de Antônio João, que estava reunida com outros fazendeiros e decidiu retomar sua propriedade, a Fazenda Barra. Roseli foi acompanhada por outros fazendeiros, como conta o narrador: “mais de 100 pessoas reocuparam a fazenda”. O autor deixa claro que atitude dos fazendeiros foi liderada pela protagonista Roseli, personagem que apareceu em narrativas anteriores e que tem grande poder de voz.

Seguindo o fio da narrativa no enquadramento dramático, “tanto indígenas quanto produtores rurais estavam equipados com armas”. A princípio, por meio desta informação, colocam-se índios e fazendeiros em patamar de igualdade para o conflito. Porém, acrescenta que os índios portavam “facão, arco e flechas e espingardas”; e os fazendeiros coletes à prova de balas e armas (Ibidem).

Em meio ao confronto, a morte da liderança indígena Simeão Vilhalva, 24 anos, de acordo com o narrador, foi devido a um “tiro na cabeça, de arma calibre 22”, porém “não se sabe [sic] as circunstâncias da morte” (Ibidem). Neste trecho da estória, o narrador apenas descreve o que causou a morte do índio e não expõe os suspeitos do crime. Já em trechos mais à adiante, o narrador apresenta a citação indireta dos produtores de que a “vítima já estava morta quando chegaram” (Ibidem) e que as forças policiais não tinham informação de como o índio teria morrido. Observa-se que o narrador, ao apresentar apenas a versão dos fazendeiros, isenta os mesmos de serem os suspeitos pelo crime.

Na reportagem do dia seguinte - “Para ruralistas, guerrilheiros do Paraguai treinam os índios” - é inserida uma retranca intitulada “Deputado diz que indígena teria morrido antes do conflito” (CORREIO DO ESTADO, ed. nº 339486). Ou seja, dois eixos narrativos desfavoráveis aos indígenas. No primeiro, os ruralistas assinalam que o movimento

indígena estaria recebendo armas e sendo treinado por “guerrilheiros ligados ao Exército do Povo Paraguaio, o EPP, organização composta por radicais de esquerda e que prega o domínio do poder pela revolução e a imposição da reforma universal” (Ibidem). Na outra perspectiva, o jornal dá voz ao deputado federal, parlamentar da bancada dos ruralistas, Luiz Henrique Mandetta, que também participou da retomada da Fazenda Fronteira: “Ouviru-se um tiro numa mata a 800 metros e dez minutos depois os índios trouxeram um corpo, que diziam ter sido alvejado. Me coloquei como médico e fui até o local. O cadáver de um homem já em rigidez cadavérica foi jogado na estrada” (Ibidem).

Na primeira parte da fala do deputado, verifica-se que o personagem trabalha com o argumento da impossibilidade de a morte ser causada pelos fazendeiros, pois estes estavam à longa distância do local do tiro. Na segunda e terceira partes da fala de Mandetta, há o argumento principal do personagem que, como médico, afirmou que o corpo do indígena apresentava rigidez cadavérica. De acordo com a literatura médica, o tempo de início do estado de rigidez cadavérica ocorre no mínimo entre quatro e oito horas do *post-mortem*. Ou seja, ao afirmar que o tiro ocorreu dez minutos antes e que o corpo já estava em rigidez cadavérica, o médico também descarta que o crime teria ocorrido durante aquele confronto. Em outras palavras, isentou os fazendeiros de uma eventual responsabilidade, pois eles estariam ausentes no tempo e no espaço na ocorrência do crime. O médico reforça ainda que o indígena “já teria sido assassinado antes de os fazendeiros retomarem a área” (Ibidem).

Em confronto ao argumento do deputado, o narrador expõe a fala do sargento, assessor de imprensa do Departamento de Operações de Fronteira (DOF): “Esta história de rigidez cadavérica não é verdade. Estive lá, toquei no corpo do índio, morto com um tiro no rosto”. O narrador contraria a informação do deputado com uma fonte oficial. Até o fim da narrativa, não se tem o desfecho da investigação da perícia do corpo do indígena.

Na trama, a citação indireta do personagem ferido no conflito, o índio Felisberto Vilhalva conta que “levou uma paulada na cabeça” e “quase foi atropelado por um ruralista” (CORREIO DO ESTADO, ed. nº 339463). A partir deste fragmento e de outros que expõem sobre “ao menos 10 feridos”, verifica-se que os índios foram os únicos que sofreram e foram atingidos no confronto. Pontua-se aqui uma evidência de que os ruralistas estavam melhores armados que os índios.

Nas três reportagens seguintes, o jornal insere um novo personagem na narrativa: o governo federal. As estórias são deslocadas do espaço onde ocorreu o conflito para a esfera governamental de onde poderia vir a solução para o impasse. A primeira delas, “Invasões e morte de índio levam governo a pedir Exército na fronteira” (CORREIO DO ESTADO, ed. n.º 339519), relata que o conflito chegou ao nível extremo, e para resolver a situação, o governo local solicita a ajuda do Exército brasileiro “como meio de evitar novos confrontos por disputa por terras”. A reportagem também traz uma retranca na qual os índios afirmam que permanecerão na fazenda, mesmo após a morte Vilhalva.

A outra narrativa relativa à esfera governamental - “Ministro vem ao Estado, mas não se aproximará de zona de conflito indígena” (CORREIO DO ESTADO, ed. 339543) -, relata a visita do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, a Campo Grande para reuniões com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e lideranças locais, mas o emissário do governo federal não visitou o município de Antônio João, local do conflito.

Na terceira reportagem - “Sem solução efetiva para conflitos, comissão é criada para dialogar” (CORREIO DO ESTADO, ed. 339579) - o personagem Reinaldo Azambuja possui poder de voz. Sua principal ação é solicitar à presidente da República a presença do Exército na região do conflito. Nesta narrativa é possível inferir que o narrador tem certo vínculo ideológico com o político, e ao dar voz a este personagem, reproduz seu discurso.

No episódio do confronto, os indígenas são vinculados, inicialmente, ao ato criminal de invadir fazendas, em contrapartida, a atitude dos fazendeiros é relatada como um ato de reconquista de algo que foi retomado. Porém, a partir da terceira reportagem deste episódio o narrador já não constrói um discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas, e começa a dar abertura para a voz dos personagens indígenas.

Por meio dos enquadramentos, das artimanhas do narrador, pode-se aferir que os indígenas são vistos na estória, a partir da morte do índio, como vítimas. O narrador constrói o seu discurso embasado na comoção. Além disso, o discurso de representação do índio também está ligado à resistência, à força, pois mesmo nesta situação extrema do conflito, decidem que vão permanecer, vão resistir nas fazendas que reocuparam.

Posteriormente, o jornal desenvolve outro enquadramento favorável aos índios que “sempre receptivos e com sorrisos tímidos” têm uma boa convivência com os brancos desde 1940. Ademais, enfatiza o narrador que os índios são os únicos que estão sofrendo

com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias de carência e passando por necessidades básicas.

A representação dos fazendeiros é colocada em questão, como um ato de irresponsabilidade, tendo em vista que a ação deles pode ter provocado uma vítima fatal. Eles são, também, os que dificultam o processo de resolução efetiva dos conflitos, pois não aceitam os valores das indenizações ofertadas pelo governo.

No último episódio - o desfecho - a trama principal acontece em torno das decisões judiciais e suas repercussões. Ao longo de suas marcas narrativas em seis reportagens, é possível observar que o narrador, ao arquitetar seu discurso sobre as decisões da justiça, deixa pistas sutis sobre seu posicionamento em relação aos índios e aos fazendeiros. Quando a decisão legal é em favor dos fazendeiros, eles são enquadrados como os protagonistas, logo, os índios são os antagonistas. O mesmo acontece quando a decisão é a favor dos indígenas. Apenas na última narrativa deste episódio é que se tem uma decisão positiva para os índios, apesar de o STF ter cancelado a reintegração de posse pelos indígenas. Estes aparecem nas narrativas e manifestam sua revolta e inconformismo com a decisão judicial. Acentuam que a justiça brasileira é uma vergonha e que apenas as necessidades dos fazendeiros são atendidas.

A primeira narrativa do episódio - “Justiça determina reintegração de posse de quatro fazendas” (CORREIO DO ESTADO, ed. nº 339996) - coloca os fazendeiros como protagonistas já que a justiça concedeu a eles a posse das fazendas, faltando apenas à Polícia Federal fazer as notificações de desocupação aos indígenas. Na reportagem seguinte - “Decisão judicial não se cumpre e fazendas continuam invadidas” (CORREIO DO ESTADO, ed. nº 340019) -, um personagem índio (sem identificação), referindo-se à decisão da justiça, argumenta que “a justiça brasileira atende a interesse de fazendeiros. Já ouviu dizer de algum juiz decidir numa causa que nossa terra deve ser desocupada pelos fazendeiros, já viu ou ouviu?” Complementa o personagem: “E se, daqui uns 30 dias, nada for resolvido, vamos retomar todas as áreas, todas” (Ibidem). Aqui, os índios pedem uma solução para o conflito, se não, ameaçam retomar todas as fazendas que foram consideradas como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá.

“O que está acontecendo aqui é uma vergonha para o Brasil. Aguardamos há anos por estas terras (o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou o local como território indígena em 2005), e aqui vamos ficar. De bisavô a neto, daqui não saímos. Vai se

derramar sangue se possível” (Ibidem), é o que afirma outro indígena elencado na narrativa. Os índios se impõem na narrativa e afirmam que vão resistir e lutar até a morte. O narrador acrescenta, como citação direta, a informação de que a terra já foi declarada como território indígena em 2005, desta forma, o jornal transparece concordar que a terra é de ocupação Guarani. Aqui, detecta-se que o narrador se coloca num impasse.

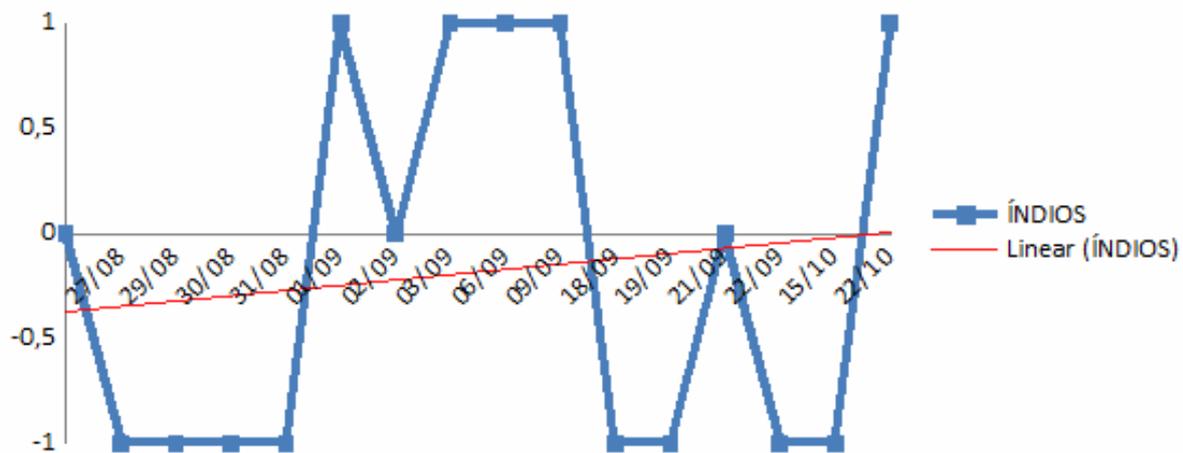
O discurso de representação do índio na maior parte das vezes está vinculado a ações negativas, descumprimento de um acordo judicial feito em 2006, ameaça retórica do recurso à violência. O jornal ataca a Fundação Nacional do Índio em razão de suas políticas e objetivos de proteção às comunidades endógenas brasileiras.

Na maioria das narrativas deste episódio, o poder das forças militares (Polícia Militar e Federal, Exército, DOF) que estão presentes no local do conflito e que isolam índios dos fazendeiros, é enfatizado pelo narrador. Apesar de manter a ordem e a segurança, o narrador destaca que o policiamento não é a solução do conflito. Esse discurso fica evidenciado na reportagem “Fazendeiros e índios ficam isolados depois do confronto”, (CORREIO DO ESTADO, ed. 340078) por exemplo.

Na reportagem “Briga de fazendeiros e índios envolve CPI, igreja e governo”, o narrador dá voz ao arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas, que não poupa críticas ao Poder Público: “Acho que tanto fazendeiros quanto índios são vítimas, para mim o grande culpado desta situação se chama Poder Público” (CORREIO DO ESTADO, ed. 340109). A fala do arcebispo está inserida na retranscrição intitulada “Arcebispo diz que Cimi nada teme e que foco da CPI deve ser outro”, que trata da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada para apurar possíveis irregularidades naquele órgão. O jornal também reproduz com destaque o discurso dos deputados estaduais que apoiam os ruralistas e acusam o Cimi pelas invasões indígenas.

As duas últimas reportagens do episódio trazem diferentes desfechos por parte da justiça. Na primeira - “Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João” (15/10; ed. 340758) - o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) mantém a liminar cancelando o pedido de reintegração de posse feito pela Funai (Fundação Nacional do Índio). No início da narrativa, Funai e índios são enquadrados como antagonistas, pois de acordo com o desembargador federal, os indígenas descumpriram o acordo judicial feito em 2006, “que previa a permanência da comunidade indígena em uma área de 30 hectares”, e o narrador destaca que em 2015 a comunidade ocupava mais de 300 hectares.

A reportagem seguinte (22/10; ed. 340957) - “Supremo cancela reintegração, mas não resolve conflito” - enquadra os Guarani Kaiowá como protagonistas que comemoram a decisão e os fazendeiros como antagonistas que silenciam ante à nova decisão da justiça. Apesar da decisão, não há uma resolução definitiva para o problema. No decorrer do episódio, para o jornal, essa solução seria a demarcação da terra para os índios e a indenização aos possuidores de títulos de “boa fé” das propriedades.



**Figura 1:** A representação indígena na história

Ao longo de toda a estória analisada sobre o conflito em Antônio João, a representação do índio oscila, como pode ser observada no gráfico acima. A linha azul mostra como os índios vão sendo classificados pelo narrador ao longo das reportagens. Nas quatro primeiras reportagens, os indígenas são considerados como antagonistas (-1), em seguida, como protagonista (1), neutro (0); novamente como protagonista em três reportagens, na sequência antagonista em outras quatro, neutro, e finaliza a estória sendo protagonista.

A linha linear (vermelha) expõe um panorama completo de como a representação do índio se estabeleceu em toda a estória. Destaca-se que, apesar de essa linha apresentar uma inclinação favorável aos índios, começar como antagonista (-1), subir para protagonista e terminar como neutro (0), ela sinaliza o indígena como antagonista na maioria das narrativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui realizadas trazem indicativos de como o *Correio do Estado* estrategicamente configurou suas narrativas sobre a disputa de terras entre índios da comunidade

Ñande Ru Marangatu e fazendeiros, no município de Antônio João (MS), em relação com seus interlocutores, espaço em que ficção e realidade se misturam nas intersubjetividades dos personagens e do narrador com influência política e social.

Elas estão divididas em três episódios: antes (a retomada das fazendas pelos índicos), durante (o confronto) e o desfecho do conflito pela posse das terras. O recorte temporal compreende o período de 27 de agosto a 22 de outubro de 2015. Nesse percurso, o *Correio do Estado* estruturou sua narrativa em 15 reportagens que apresentam variações discursivas no plano da estória, plano da expressão e no plano da metanarrativa. No conjunto da estória, quanto aos personagens, os indígenas foram representados inicialmente como antagonistas e depois como protagonistas.

No primeiro episódio, a metanarrativa que emerge é o discurso ideológico dos ruralistas e dos pequenos produtores rurais, ou seja, em favor das oligarquias do agronegócio local, e enquadrando os indígenas como entrave para o desenvolvimento econômico do Estado. Reforça que a área em disputa é propriedade dos fazendeiros e os índios são os “invasores” (praticam um ato ilegal) e provocam o “caos” no campo. Por meio da fala dos pequenos agricultores, os indígenas são representados como até então “amigos” destes pequenos produtores e que depois os expulsaram de seu único bem material.

No início do segundo episódio, os fazendeiros retiraram os indígenas das fazendas e o jornal enquadra o ato como uma reconquista. Após a morte de um indígena, o enquadramento dramático do jornal muda e o discurso dos indígenas vai recebendo tributos de vitimização, pois estes são os únicos que estão sofrendo com o impasse e vivendo em condições precárias. Os índios passam a ganhar mais espaço na narrativa. Ao final do episódio, é revelada uma imagem positiva dos índios como “sempre receptivos e com sorrisos tímidos”. Na última reportagem do episódio é confirmado por laudo necroscópico de que o indígena morreu durante o confronto. O jornal classifica, então, a ação dos fazendeiros como ilegal, que eles agiram de modo indevido e escondido.

Ainda no segundo episódio, é enfatizada pelo narrador a resistência, a força dos indígenas, pois mesmo na situação extrema do conflito, decidem permanecer, resistir nas fazendas reocupadas. Além disso, são os únicos que estão sofrendo com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias e passando por necessidades básicas, conforme o projeto dramático do narrador. Eles, que no início não tinham voz na narrativa, passaram a tê-la.

Como antagonista, por sua vez, quando da retomada de propriedades localizadas no território considerado, por laudo antropológico e histórico da área, como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá; prejudicam os pequenos produtores rurais, pessoas humildes que possuem como único bem a propriedade em que moravam, da qual os índios os [expulsaram]; utiliza o discurso de ameaça retórica do recurso à violência; e por último, quando as decisões judiciais são favoráveis a reintegração de posse para os fazendeiros.

Nas narrativas do *Correio do Estado*, os indígenas se inserem nos combates pela defesa de sua terra e contra o discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas. Nas disputas com o agronegócio, não estão inseridos na Constituição Federal, ou seja, não possuem o direito à propriedade da terra em que viviam antes mesmo da chegada dos fazendeiros.

No último episódio, o narrador modifica novamente seu enquadramento dramático e o discurso dos ruralistas predomina a partir das decisões judiciais que lhes dá o direito de posse das terras. Enfatiza a atuação das forças militares que isolam fazendeiros e índios, mas o narrador destaca que essa não é a solução para o problema que se arrasta há décadas. Neste episódio também é exposta a discussão entre a igreja Católica, por meio do Cimi, o governo federal e a justiça, predominando a fala do Legislativo estadual por meio da bancada ruralista, ou seja, o discurso das oligarquias se sobrepõe ao das minorias sociais.

Ao longo da estória, as metanarrativas que se sobressaem implicam em conflitos de ordem cultural, moral e ética. O embate cultural se dá quando o narrador não considera a ocupação tradicional indígena, conforme atestam estudos antropológicos, e define que as terras pertencem aos fazendeiros. A questão moral fica evidenciada no caso da morte de Simeão Vilhalva e na demora da justiça em resolver o conflito. Essa demora provoca outro conflito, as condições de miséria em que vivem os índios, dependendo do governo federal para atender suas necessidades básicas. O conflito ético expresso na narrativa refere-se ao Cimi que recebeu 451 milhões de dólares de duas instituições estrangeiras para dar andamento ao processo de retomada das terras consideradas indígenas, e não o fez. Há ainda as mentiras sobre o estado cadavérico do índio assassinado, apresentadas pelo médico e fazendeiro para isentar os ruralistas da responsabilidade do crime, que depois foi desmentido pelo laudo pericial.

Por fim, dois termos aparecem constantemente nas narrativas: *invasão* e *retomada*. Este, o narrador utiliza para enfatizar a atitude dos fazendeiros, e aquele para se referir as ações dos índios. O termo *invasão* é uma tipificação de crime, ato ou efeito de invadir, adentrar em uma propriedade particular sem a permissão do proprietário. Já o termo *retomada* é invocado pelos índios Guarani Kaiowá para o ato de retomar os territórios que pertenceram a seus ancestrais, Tekoha, termo na língua guarani, a partir do qual definem os territórios de ocupação tradicional de suas comunidades de modo que é o passado que legitima este direito. O jornal utiliza os dois termos de modo equivocado, e ao utilizar o termo *invasão* para as ações indígenas, acusa-os de agir criminalmente.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland: *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes: 1971.

BEJARANO, Celso. **Município de Antônio João vive clima de guerra com as invasões**. Correio do Estado, Campo Grande, 29/08/2015, edição: 339430, Cidades, página 11.

\_\_\_\_\_. **Para ruralistas, guerrilheiros do Paraguai treinam os índios**. Correio do Estado, Campo Grande, 31/08/2015, edição: 339486, Reportagem Especial: Conflito por terra. Página 12.

\_\_\_\_\_. **Supremo cancela reintegração, mas não resolve conflito**. Correio do Estado, Campo Grande, 22/10/2015, edição: 340957. Cidades. Página 9.

BEJARANO, Celso; MOREL, Lucia. **Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre**. Correio do Estado, Campo Grande, 30/08/2015, edição: 339463, Cidades.

BEJARANO, Celso; ORIQUI, Valquíria. **Briga de fazendeiros e índios envolve CPI, igreja e governo**. Correio do Estado, Campo Grande, 22/09/2015, edição: 340109, Reportagem Especial: Inquietação no campo. Página 12.

BEJARANO, Celso; TAVARES, Gildo. **Invasões e morte de índio levam governo a pedir Exército na fronteira**. Correio do Estado, Campo Grande, 01/09/2015, edição: 339519. Cidades.

BRAND, Antônio. **A criança kaiowá e guarani em contexto de rápidas mudanças - Uma abordagem histórica**. In: NASCIMENTO, Adir Casaro (Org.) et al. *Criança indígena : diversidade cultural, educação e representações sociais*. Campo Grande: Liber Livro, 2011.

CAMPOS JÚNIOR, Ricardo. **A cobertura sobre o interior de Mato Grosso do Sul pela imprensa campo-grandense**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2016.

COSTA, Carolina da Silva. **Narrativas jornalísticas: o conflito entre índios e fazendeiros na terra Nānde Ru Marangatu**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2017.

JUNOT, Lucas. **Sem solução efetiva para conflitos, comissão é criada para dialogar**. Correio do Estado, Campo Grande, 03/09/2015, edição: 339579, Cidades.

\_\_\_\_\_. **Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João**. Correio do Estado, Campo Grande, 15/10/2015, edição: 340758. Cidades. Página 9.

MOREL, Lucia **“Índigenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades”**, Correio do Estado, Campo Grande, 27/08/2015, edição: 339385. Cidade, página15.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da Narrativa**. No Prelo, 2013.

MOTTA, Luiz. Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

SIVA, Antônio Sebastião da. **MÍDIA E POLÍTICA: narrativas de *Veja* na construção do sentido político-ideológico sobre a América Latina, entre 2008 e 2012**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, Brasília. 2015.

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TAVARES, Gildo. **Índios vivem em condições de miséria, em Antônio João**. Correio do Estado, Campo Grande 06/09/2015, edição: 339661, Cidades. Página 11.

TAVARES, Gildo; JUNOT, Lucas. **Ministro vem ao Estado, mas não se aproximará de zona de conflito indígena**. Correio do Estado, Campo Grande, 02/09/2015, edição: 339543, Cidades.

URQUIZA, Antônio H. Aguilera (org.). **Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

## NOTAS

- 1 Neste trabalho foi utilizada a denominação Guarani Kaiowá referindo-se apenas ao subgrupo Kaiowá; a denominação Guarani e Kaiowá se refere a dois subgrupos: o subgrupo Nādeva que se autodenominam Guarani e o subgrupo Kaiowá. A denominação Guarani refere-se a todos os subgrupos desta etnia.
- 2 O uso do termo ‘estória’ refere-se à narrativa inventada, criada, de cunho fictício, diferentemente do termo ‘história’, que é a narração de uma história real do passado, numa relação com as pesquisas do historiador. Neste trabalho, foi utilizado o termo ‘estória’, concebido na narratologia para se referir aos discursos narrativos, neste contexto jornalístico, com perspectiva do presente, com tradução da realidade do cotidiano, dos acontecimentos.
- 3 A dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem por título *Narrativas Jornalísticas: o conflito entre índios e fazendeiros na terra Nānde*

*Ru Marangatu*, e orientada pelo professor Mario Luiz Fernandes.

- 4 O termo esbulho, segundo o Código de Processo Civil (CPC) - Lei nº 13.105/2015, significa: retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar de forma violenta ou clandestinamente.
- 5 O conceito de tekoha é entendido como um espaço ocupado por uma comunidade Kaiowá, o conceito de tekoha guasu é compreendido como um espaço territorial maior, compreendido por vários tekoha, onde vivem várias comunidades associadas entre si por fortes vínculos de parentesco e alianças políticas.

Artigo recebido em 20 de novembro de 2017.

Artigo aceito em 05 de novembro de 2019.